

# O Revisionismo sobre a Ditadura Militar no livro didático de História

José Luciano Queiroz<sup>1</sup>

Durante o início do século XXI alguns historiadores acadêmicos estrearam na produção de livros didáticos de História. Entre eles estão: Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Georgina dos Santos, autores da Coleção *Conecte*<sup>2</sup>, escrita para a Editora Saraiva. São Historiadores lotados ou já aposentados do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF<sup>3</sup>), com larga produção historiográfica acadêmica e trânsito teórico pelos domínios da história cultural e da nova história política.

Para efeito da escrita desse artigo escolhi analisar a Terceira Parte<sup>4</sup> do volume único da coleção, justamente por se tratar da escrita da História Brasileira no decorrer do Período Republicano integrado com a História geral contemporânea. O que se quer entender nesse texto é a relação entre a produção historiográfica acadêmica e sua transposição didática para os livros do Ensino Médio, com recorte específico sobre o tema da Ditadura Militar.

Dos quatro autores do livro didático aqui em análise, Jorge Ferreira é o que se destaca por uma produção na historiografia acadêmica que cobre o período republicano<sup>5</sup>, com ênfase em pesquisas sobre o trabalhismo na Era Vargas, o

---

<sup>1</sup> Professor da Unidade Acadêmica de História da UFCG, tutor do PET História e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Marxismo na referida instituição.

<sup>2</sup> VAINFAS, Ronaldo; CASTRO FARIA, Sheila de; FERREIRA, Jorge; DOS SANTOS, Georgina. *Conecte*: 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

<sup>3</sup> Os quatro historiadores são doutores pela USP e professores do Departamento de História da UFF.

<sup>4</sup> A coleção é um volume único dividido em três partes: 1ª) que cobre a História Antiga, Medieval e Moderna, integrada com a colonização americana e um rápido capítulo sobre a África nos tempos do tráfico Atlântico; 2ª) continua trabalhando com a Idade Moderna, mas a partir do colapso do mercantilismo e absolutismo, da Era das Revoluções e do Imperialismo, integrada com a independência da América e o Brasil Império; 3ª) trabalha o século XX e a segunda década do XXI, desde as revoluções e guerras, ao Brasil republicano encerrando nos marcos temporais da crise mundial de 2007.

<sup>5</sup> Pesquisando o curriculum lattes dos quatro historiadores observamos que Ronaldo Vainfas era Professor de História Moderna desde 1994, aposentado em 2015. Seu doutorado foi publicado em formato livro, intitulado *Trópicos dos Pecados* e fez mestrado sobre *Ideias escravistas no Brasil Colonial*; Jorge Ferreira também se encontra na condição de professor aposentado, com doutorado cuja tese é intitulada *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)* e mestrado *Trabalhadores do Brasil. A cultura política popular no primeiro governo Vargas (1930-1945)*; Também professora aposentada, Sheila de Castro Faria pesquisou o período colonial brasileiro cuja tese é intitulada *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII)* e o mestrado *Terra e Trabalho em Campos dos Goytacazes*; por fim, Georgina dos Santos que se doutorou na USP com a tese *Ofício e Sangue - o papel da irmandade de São Jorge nas culturas*

imaginário trabalhista no período da “democracia liberal” pós 1945, do Golpe de 1964 e da Ditadura Militar. Portanto, ao que tudo indica, a parte do livro didático que cobre essa temporalidade, certamente, deva ter uma maior contribuição do mesmo no tocante a redação do texto didático. Por isso mesmo, farei uma investigação cotejando a escrita do livro escolar com os livros e artigos publicados por ele e por outros autores revisionistas da mesma linha na historiografia brasileira. Ao mesmo tempo, iremos transitar pela produção marxista a fim de confrontar as diferenças significativas entre as duas correntes que tem implicações políticas e teóricas sobre o que se diz da ditadura para nossos jovens escolares pelo país a fora.

### “João Goulart e a radicalização política”: o Golpe de 1964

Uma primeira observação que gostaria de destacar sobre o *Capítulo 48*, intitulado *O Brasil e a República Democrática* consiste no fato de que a chave explicativa para o Golpe de 1964 está na “radicalização das esquerdas” e das “direitas” e a falta de “compromisso com a democracia” pelos dois “extremos” do espectro político. Vamos ao que diz o livro didático:

O **radicalismo político de esquerda e de direita** aumentou a partir do segundo semestre de 1963. (...) Com o enfraquecimento do governo, causado pelo clima de radicalismo político e pela crise econômica, começou a se fortalecer o grupo golpista.”<sup>6</sup> (Grifo meu)

Mais adiante podemos ler no livro escolar a continuidade da teoria que acaba nivelando “direitas” e “esquerdas” como tendo sua parte de responsabilidade sobre o golpe:

O radicalismo tomava conta do cenário político. Enquanto as esquerdas exigiam a decretação imediata das reformas, as direitas faziam oposição intransigente. Nesse clima de confronto, a preservação do regime democrático não foi valorizada pelas partes em conflito.<sup>7</sup>

Os autores chamam a atenção sobre a escolha que fez o presidente Jango, isolado politicamente em determinando momento, ao fazer sua “guinada à esquerda” e emplacar, nas ruas, as reformas de base. O Comício da Central do Brasil e o anúncio das reformas teriam “irritado” os “setores de direita” e um grupo de militares liderados por Castelo Branco, passou a conspirar para a derrubada de Jango. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade teria sido a resposta radicalizada das “direitas” ao Comício da Central e sua “radicalização” à esquerda. O golpe de misericórdia seria dado pelas revoltas dos subalternos das Forças Armadas com Jango anistiando os marinheiros. Daí restou que:

---

de ofício da Lisboa Moderna e fez mestrado na UFF intitulado *A Senhora do Paço - o papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)*.

<sup>6</sup> VAINFAS *et alii*, op. cit., p. 709.

<sup>7</sup> Idem, p. 710.

Muitos militares, até então politicamente neutros, passaram a apoiar os colegas que queriam derrubar o presidente. Para piorar a situação, no dia 30 de março, Jango compareceu a uma manifestação de sargentos com a presença dos marinheiros que participaram da rebelião dias antes, o que foi visto pelos militares como uma provocação inaceitável.<sup>8</sup>

Jorge Ferreira, em seus textos acadêmicos, não esconde sua predileção explicativa pela tese de Argelina de Figueiredo e, assim, também assenta na historiografia acadêmica a corresponsabilidade das “direitas” e das “esquerdas” pelo golpe, conforme podemos ler em trecho da lavra revisionista do próprio autor:

Essa era a esquerda da época que reconheceu Leonel Brizola como líder do movimento. Naquele momento ele interpretava as suas ideias, crenças e projetos e, exatamente por isso, teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário e intolante, pregava a revolução e defendia a ruptura institucional, era porque as **esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional**. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum. Essa era a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente.<sup>9</sup> (Grifo meu)

A tese da cientista política Argelina de Figueiredo, defendida em 1993, com um título bastante sugestivo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*, abriu o caminho para a seara revisionista no campo da historiografia na efeméride dos 40 anos do golpe. A autora esboçou a seguinte problematização para sua pesquisa: “*Por que não foi possível alcançar uma solução institucional que combinasse democracia com reformas sociais?*” e, em síntese, chegou à seguinte conclusão:

Gostaria de mencionar um último fator que, no meu entender, também contribuiu para o fracasso de uma solução institucional para as reformas em 1964: o **fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, tanto por parte da direita como da esquerda**. A direita sempre pronta a romper com a democracia, mostrava fidelidade às regras democráticas, quando estas serviam para defender seus interesses e manter seus privilégios, como no caso da reforma agrária. A esquerda, com frequência, mostrava-se disposta a apoiar soluções não democráticas para atingir as reformas propostas. Nenhum dos dois grupos mostrava-se disposto a assumir as implicações da incerteza de resultados embutida na noção de democracia.<sup>10</sup> (Grifo meu)

---

<sup>8</sup> Idem, p. 710.

<sup>9</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: *O Brasil Republicano*, v. 3, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 343-404.

<sup>10</sup> FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia & Reformas: a conciliação frustrada*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe- Democracia e reformas no populismo*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

Não precisa ir muito longe para perceber que sua tese procura criticar o livro de Rene Dreifuss<sup>11</sup>, para o qual a inserção do capital multinacional no Brasil dos anos 1950 conformou o bloco de poder do capital multinacional/associado com seus intelectuais orgânicos agindo no interior do IPES e do IBAD e que buscava a tomada do Estado Brasileiro para implementar o capitalismo monopolista derrotando o bloco nacional/popular e seu projeto de Brasil. Dessa forma, 1964 para Dreifuss foi um golpe da classe dominante em suas várias frações, do campo à cidade, contra a classe trabalhadora brasileira em um processo de luta de classes crescente entre as décadas de 1950/1960. Concordando com Dreifuss e sua teoria gramsciana, concordo que havia crise de hegemonia e se tratava da crise do populismo cujo golpe militar deu por encerrada essa quadra histórica iniciada com Vargas na Revolução de 1930. O golpe de 1964, porém, foi dado contra a classe trabalhadora e seus projetos e a ditadura que daí surgiu foi a ditadura do capital.

Deixar de observar por esse ângulo da luta de classes e preferir culpar a esquerda igualmente pelo golpe significa colocar na conta dos derrotados de 1964 mais um preço a pagar, desta feita, a fatura da conta chegou pela pena da narrativa historiográfica. Como não bastassem as prisões, os inquéritos policiais, a tortura, o exílio, a censura, camponeses, operários, estudantes e lideranças de esquerda teriam ainda que sofrer mais um golpe duro dado pela historiografia revisionista. A pretexto de idealizar uma democracia e uma saída para a crise dos anos 1960 no campo institucional, esses historiadores, no fundo, estão questionando as greves operárias, as ligas camponesas, o movimento estudantil, em suma, a luta de classes. Argelina Figueiredo lamenta não ter havido conciliação e menos “radicalismo” da direita à esquerda para salvar a democracia que ela esquece de dizer que era burguesa. E Jorge Ferreira caminha com ela na mesma estrada da conciliação e da culpabilização pela falta de “compromisso com a democracia”.

Caso os professores das escolas levem ao pé da letra o conteúdo da ditadura a partir desse livro didático, sopram aos ouvidos estudantis um certo anticomunismo moldado por uma crítica conservadora da esquerda, ao passo que constroem como modelo ideal uma democracia sem sua adjetivação burguesa. Quando precisamos formar com a juventude uma visão de mundo anticapitalista, incentivando a luta de classes como saída para os trabalhadores e trabalhadoras na construção de um projeto socialista de sociedade, o livro escolar de História leva ao caminho da valorização da autocracia burguesa e, implicitamente, do capitalismo.

### **“Brasil: A República dos Generais”**

Depois de responsabilizar as “esquerdas” e as “direitas” pelo Golpe de 1964, os autores abordam os acontecimentos ocorridos entre a manhã do dia 31 de março e 1º de abril focando em assuntos como os tanques mineiros do general Olímpio Mourão Filho indo em direção à Guanabara, a Operação Brother Sam e a tentativa em vão de resistência ao golpe por parte de sindicalistas, sargentos, fuzileiros navais,

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

estudantes e militantes de esquerda. Terminam o tópico 3, *O golpe de 1964*, falando da declaração da vacância do cargo de presidente da república por parte do presidente do senado, Auro de Moura Andrade, com o presidente Jango ainda em terras brasileiras.

O capítulo 49 é intitulado “*Brasil: a República dos generais*”. No primeiro subtítulo apresentam o governo Castelo Branco como a fase de uma “ditadura disfarçada”, fruto de um golpe de Estado dado por “militares e lideranças civis”<sup>12</sup>, claramente, omitindo a natureza classista do mesmo.

Nesse capítulo, é verdade, a perseguição e repressão à UNE, ao ISEB, ao CGT e as Ligas Camponesas e aos sindicalistas se faz presente no texto didático. Mas, se remetermos para a tese central do golpe, conforme tratamos anteriormente, esta esquerda estaria pagando um preço por ter esticado demais a corda e partido para uma “radicalização sem compromisso com a democracia”.

O governo de Castelo Branco teria sido marcado pela demissão de 2 mil funcionários públicos, pela cassação de mandatos de 386 políticos e pela prisão de 5 mil pessoas. Teriam sido expulsos da Marinha, 963 marinheiros e fuzileiros navais e centenas de oficiais das três Forças Armadas foram reformados. Os autores também falam em um rápido parágrafo da repressão ao comunista pernambucano, Gregório Bezerra e da invasão da Universidade de Brasília. Falam também que, por pressão da “linha dura”, fora decretado ao Atos Institucionais 1, 2 e 3 e instituído o SNI. E encerram abordando o fato de que até esse momento a ditadura não assumia sua cara de regime autoritário e punitivo, por isso mesmo, caracterizada no livro didático como “ditadura disfarçada”.

No subtítulo 2 do livro, *O avanço das oposições e o AI-5*, mais uma vez os historiadores trabalham responsabilizando as “esquerdas” e as “direitas” estas, agora, já no poder. Vamos ao livro didático:

Mas por que a decretação do AI-5, se a situação econômica era favorável ao governo e as oposições estudantis e da Frente Ampla estavam desarticuladas? Para os estudiosos do assunto, **o AI-5 reflete o fato de os grupos de esquerda revolucionários e a direita militar terem escolhido o caminho da radicalização** para resolver seus conflitos e divergências-radicalismo que vinha desde 1964. Assim, enquanto as esquerdas revolucionárias escolheram a luta armada, a direita militar escolheu o endurecimento do regime. O AI-5 veio dar cobertura legal à brutalidade do regime.<sup>13</sup> (Grifo meu)

Desta feita os autores acentuam que entre 1967 e 1968 as “oposições” se subdividiam em setores que buscavam uma saída pela via institucional, a exemplo de Jango, JK e Carlos Lacerda que buscavam uma saída para a “redemocratização” do país pela negociação, mas também pela esquerda armada revolucionária que “realizaram assaltos a bancos e a carros-fortes com o objetivo de arrecadar dinheiro

---

<sup>12</sup> VAINFAS *et alii*, op. cit., p. 715.

<sup>13</sup> Idem, p. 718.

para financiar suas ações”.<sup>14</sup> No meio artístico e estudantil o movimento de oposição à ditadura também se fortalecia convergindo para o assassinato de Edson Luís e a Passeata dos Cem Mil. Caía também o Congresso de Ibiúna”.

Com a repressão pesada por parte da ditadura e no contexto de um crescimento econômico muito conhecido como “Milagre Brasileiro”, o contexto era favorável à decretação do AI-5. Para os autores do livro didático, a ditadura já não era mais “disfarçada”. Nesse sentido, o conteúdo do livro escolar de História ao menos não encurtou o tempo inicial da ditadura, como podemos constatar nos textos acadêmicos do maior de todos os revisionistas, Marco Antônio Villa. Contudo, a proposta pedagógica ensejada no currículo do Ensino Médio é bastante problemática quando faz chegar aos nossos jovens estudantes a tese de que as “esquerdas” também foram responsáveis pela decretação do AI-5.

O subtítulo 3 do capítulo que cobre a ditadura militar aborda o “crescimento econômico” que ocorrera entre os anos de 1968-1973. Esse período é tratado, pelo endurecimento ainda maior da ditadura: *“foram os piores tempos da ditadura, conhecidos como “anos de chumbo”, mas também um período de grande crescimento econômico, fator fundamental para a legitimação do regime militar perante a sociedade brasileira”*.<sup>15</sup> Conforme podemos ler na citação, a historiografia didática acompanha a historiografia revisionista em outro tema bastante caro ao debate. Ou seja, a tese de Daniel Aarão Reis Filho sobre o suposto “consentimento” da “sociedade” brasileira à ditadura militar. É nesse sentido que se usa o termo golpe e ditadura “civil-militar”, diferentemente de Dreifuss, para quem o civil é a classe dominante, para os revisionistas seria a “sociedade”. Vamos ao que nos diz Daniel Aarão Reis Filho:

Na verdade, houve apoios, extensos e consistentes. Muitos exemplos poderiam ser apresentados, mas três, expressivos, bastariam para elucidar de outro modo o processo histórico: *Primo, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, quando tudo começou. Milhões marcharam. Quinhentas mil pessoas em São Paulo, antes do golpe, em 19 de março de 1964. Um milhão no Rio de Janeiro, em 2 de abril, na então chama da Marcha da Vitória. Depois, mais dezenas e dezenas de milhares. Marcharam as gentes até setembro de 1964. Não houve cidade grande que não tivesse a sua marcha, sem contar muitas cidades médias e pequenas; *Secundo*, os altos índices de popularidade do general Garrastazu Médici, que chefiou a ditadura no auge dos sinistros anos de chumbo; *Tertio*, e finalmente, as expressivas votações obtidas pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), inclusive nas últimas eleições sob a ditadura, realizadas em 1978.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Idem, p. 717.

<sup>15</sup> Idem, p. 720.

<sup>16</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão Reis. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

Sem maiores espaços para esse debate nesse artigo, assinalo minha concordância com a resposta que o historiador Demian Melo<sup>17</sup> ofereceu a essa questão. Sobre as marchas, realmente foram massivas, pois uma parte da sociedade de fato aderiu ao golpe, mas não toda a sociedade; sobre a suposta popularidade de Médici, Aarão Filho deixa de considerar a pesquisa IBOPE realizada entre fevereiro e março de 1964, reveladas apenas em 1989 pelo cientista político Antônio Labareda, da grande popularidade de Jango e das reformas de base; sobre a votação na ARENA, também o historiador não considera a grande quantidade de votos nulos, um indicativo de quem não apoiava o regime vigente e preferia se abster do bipartidarismo; além de que, a pesquisa da suposta popularidade de Médici fora realizada durante a ditadura, contexto no qual seria mais difícil as pessoas manifestarem opinião em contrário. Contudo, assinala Demian de Melo:

Certamente nos anos Médici a ditadura viveu seu auge: o “milagre brasileiro” e o desbaratamento da oposição anti sistêmica simbolizaram a vitória dos preceitos que em 1964 conquistaram o Estado. A modernização capitalista e a contrarrevolução estavam plenamente vitoriosas por volta de 1972. E, certamente, essa supremacia, somada ao amplo uso de publicidade estatal (combinada a uma dose cavalari de coerção) produziu certo consenso, mas é preciso não exagerar.<sup>18</sup>

Depois de falar para aos estudantes que o golpe e a ditadura foram também “civis” pois teve a “legitimidade da sociedade brasileira”, deixando aberta a questão contra quem, afinal, o golpe fora dado, o livro *Conecte* traz uma leitura bastante problemática sobre o chamado “Milagre Econômico”, conforme trecho a seguir:

O milagre econômico beneficiou muitos setores da sociedade. Os empresários aumentaram seus lucros; os banqueiros se beneficiaram com a diversificação do sistema financeiro e a estabilidade monetária. As classes médias também se beneficiaram com a crescente oferta de empregos, as facilidades de crédito para a aquisição da casa própria, automóveis e eletrodomésticos, a expansão das universidades federais, abrindo milhares de vagas no ensino superior. **Os próprios trabalhadores ganharam com o “milagre”**. Em época de pleno emprego, puderam **frequentar cursos como os do Senac e do Senai**, aprender uma profissão e alcançar melhores postos de trabalhos nas fábricas.<sup>19</sup> (Grifo meu)

Por mais que os autores do livro critiquem a tão conhecida receita de Delfim Neto, de deixar o bolo crescer para depois distribuir os pedaços para todos, essa citação denota acriticamente que os trabalhadores também saíram “ganhando” com o “milagre brasileiro”. Não obstante, conforme podemos concluir, é feita certa defesa a respeito de supostos “benefícios” que a classe trabalhadora brasileira havia retirado daquele crescimento econômico. O problema, no entanto, é a ausência de criticidade a respeito da formação de mão de obra qualificada no SENAC e SENAI. Ora, conforme

---

<sup>17</sup> MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>18</sup> Idem, p. 170.

<sup>19</sup> VAINFAS *et alii*, op. cit., p. 721)

nos ensinara Antônio Gramsci<sup>20</sup>, o capitalismo possibilita a criação de escolas com um currículo humanista para formar os intelectuais orgânicos da classe dominante e escolas técnicas para formar o operariado que será explorado no mercado de trabalho. Portanto, frequentar cursos no SENAC e SENAI significava incorporar um aprendizado que levaria os trabalhadores ao chão da fábrica a fim de produzir mais trabalho e mais valor. Não fazer essa crítica é tomar partido em favor do capital.

### Considerações sobre a Ditadura

Importante destacar que os autores do livro didático não negam que se tratou de uma ditadura. Contudo, não apontam o corte classista daquele regime político de dominação burguesa. No capítulo sobre a Ditadura eles até dão algum sinal de que a política econômica vigente beneficiou os empresários e o atual agronegócio, ao passo que teria “*degradado a escola pública e o sistema de saúde pública, privilegiando escolas, hospitais e planos de saúde privados*”<sup>21</sup>. Também destacam o benefício ao capital estrangeiro, sobretudo, dos Estados Unidos. Contudo, como já mencionado anteriormente, por vezes relacionaram o crescimento econômico da época do “milagre” com alguns “ganhos” para os trabalhadores, mesmo acentuando o fator da concentração de renda. Esse período, principalmente, é tratado como o de maior repressão combinado com crescimento econômico. Falam das “grandes obras faraônicas”, das estatais no setor das hidrelétricas, telecomunicações e petróleo, assim como do crédito no setor bancário e da política de habitação popular.

Contudo, penso que não avançam na demarcação incisiva de que a ditadura era o regime político do grande capital multinacional/associado; que a classe trabalhadora do campo à cidade tivera seu projeto de país abortado pelo golpe preventivo de 1964. Além do que, o texto didático faz alguma concessão ao econômico da ditadura, não enveredando para uma análise mais crítica, sobretudo, para o período do tal “milagre”.

As classes sociais e a luta de classes não aparecem no livro didático, como não poderia ser diferente, dado o antimarxismo de seus autores. É a defesa da democracia formal a grande bandeira dos revisionistas, como se fosse possível que a questão da classe trabalhadora pudesse ser resolvida nos marcos de um regime político blindado/ contrarreformista, conforme assinala o historiador marxista Felipe Demier. Regime esse que a historiografia revisionista lamenta não ter sido preservado por uma saída conciliatória em 1964, mesmo que tivesse custado o sacrifício do projeto das reformas de base. E continuam levantando a bandeira da democracia no abstrato e da conciliação de classes no contexto dos 60 anos do golpe.

Artigo recebido em 31.8.2023

Aprovado em 7.10.2023

---

<sup>20</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>21</sup> VAINFAS *et alii*, op. cit., p. 721.